

Dossiê: “Território, desejo e erotismo:
cenar da vida sexual e libidinal no contexto brasileiro”

Erotismos dissidentes: O BDSM e suas interfaces com a Psicologia

Júlia Fidelis Fernandes de Almeida

Universidade Federal do Ceará
juliafidelisalmeida@alu.ufc.br
<https://orcid.org/0009-0005-8522-1340>

Emanuel Meireles Vieira

Universidade Federal do Ceará
emanuel.meireles@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7346-4944>

RESUMO

Expressões de sexualidades e de erotismos marcadas por interesses dissidentes do que é considerado normativo socialmente foram historicamente marginalizadas e desvalorizadas. Dentre elas estão as práticas BDSM - acrônimo que abarca condutas eróticas que envolvem bondage, dominação, disciplina, submissão, sadismo e masoquismo – e fetichistas, as quais possuem um histórico de estigmatização amplamente influenciado pelos saberes psicológicos e psiquiátricos. Nesse sentido, o presente artigo tem como intuito contextualizar a interferência de tais saberes na instauração e na manutenção de preconceitos a essas práticas e a seus adeptos, bem como suas reverberações atuais no fazer psicológico. Tal análise parte de uma revisão de estudos realizada como primeiro passo para a realização de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório em andamento, que tem o objetivo de compreender como os estigmas sociais acerca do BDSM se fazem presentes nas experiências de seus praticantes em psicoterapia.

Palavras-chave: BDSM; Sexualidades dissidentes; Psicologia

Erotic Dissidence: BDSM and Its Interfaces with Psychology

ABSTRACT

Expressions of sexuality and eroticism marked by interests that diverge from what is socially considered normative have historically been marginalized and devalued. Among them are BDSM and fetishistic practices—an acronym encompassing erotic behaviors involving bondage, domination, discipline, submission, sadism, and masochism—which carry a history of stigmatization heavily influenced by psychological and psychiatric knowledge. This article aims to contextualize the interference of such knowledge in the establishment and maintenance of prejudice against these practices and their practitioners, as well as its current reverberations in psychological practice. This analysis is based on a review of studies conducted as the first step in an ongoing exploratory qualitative research project, which seeks to understand how social stigmas around BDSM manifest in the psychotherapeutic experiences of its practitioners.

Keywords: BDSM; Dissident sexualities; Psychology

Erotismos disidentes: El BDSM y sus Interfaces con la Psicología

RESUMEN

Las expresiones de sexualidad y de erotismo marcadas por intereses disidentes de lo que se considera normativo socialmente han sido históricamente marginadas y desvalorizadas. Entre ellas se encuentran las prácticas BDSM y fetichistas - acrónimo que abarca conductas eróticas que implican bondage, dominación, disciplina, sumisión, sadismo y masoquismo -, las cuales poseen una historia de estigmatización fuertemente influenciada por los saberes psicológicos y psiquiátricos. El presente artículo tiene como objetivo contextualizar la interferencia de dichos saberes en la instauración y el mantenimiento de prejuicios hacia estas prácticas y sus adeptos, así como sus repercusiones actuales en la praxis psicológica. Este análisis parte de una revisión de estudios realizada como primer paso de una investigación cualitativa exploratoria en curso, cuyo objetivo es comprender cómo los estigmas sociales relacionados con el BDSM se manifiestan en las experiencias de sus practicantes en psicoterapia.

Palabras clave: BDSM; Sexualidades disidentes; Psicología

BDSM enquanto expressão de sexualidade e erotismo dissidente

A sexualidade é entendida como um conceito amplo que abarca diversos aspectos da experiência humana, a exemplo de orientações afetivo-sexuais, identidades de gênero, expressões sexuais, relacionamentos e prazer. A vivência dessa faceta da vida humana se relaciona a fatores biológicos, psicológicos, econômicos, políticos, culturais, legais, religiosos e espirituais - bem como afeta a saúde física e mental dos indivíduos (OMS, 2017).

Compreende-se que são muitas as manifestações e vivências possíveis das sexualidades e, portanto, faz sentido pensá-las no plural. O entendimento desse fenômeno é influenciado sobremaneira pelos contextos culturais e sociais vigentes, sendo lido de maneiras díspares no decorrer do longo histórico de estabelecimento dos padrões de normalidade e, em contrapartida, de desvio, que as classificam e regulamentam (Foucault, 1988; Rubin, 2003).

Nessa compreensão, Foucault (1988) – que parte de uma leitura da sexualidade como uma construção social mediada por fatores históricos e sociais (Vance, 1995) - defende que esta foi interpretada e regulada, no Ocidente, por influência de forças políticas e de relações de poder, uma vez que seu entendimento nasce da construção dos discursos - científicos, religiosos, jurídicos, políticos etc. - que instauram sobre ela uma “lei da verdade” (Foucault, 1995). Assim, o que se entende como “normal” ou “desviante” no que tange a sexualidade teria sido criado mediante um conjunto de estratégias de gerenciamento dos discursos produzidos e da definição de categorias de sexualidade legítimas e ilegítimas, com o intuito de controlar os indivíduos (Foucault, 1988).

Em uma perspectiva consonante, Rubin (2003) aponta para a existência de um sistema de valoração hierárquica que ordena as sexualidades e erotismos nas sociedades ocidentais modernas, no qual identidades e práticas são classificadas e hierarquizadas em “castas”. Assim, podem ser organizadas visualmente em uma pirâmide, onde as entendidas socialmente como boas, legítimas e normais se localizam no topo e as dissidentes, que se desviam desse padrão, na base da pirâmide. Dentre estas, consideradas “más” e “anormais”, a autora inclui sexualidades: não reprodutivas, fora do casamento, homossexuais, pornográficas, fetichistas, intergeracionais e sadomasoquistas. Entende-se que, quanto mais toleráveis as práticas — e os indivíduos que as exercem — melhor situadas estão na percepção e na valoração social (Rubin, 2003).

Dentre as manifestações dissidentes de sexualidade, estão as contempladas pela sigla BDSM¹, termo guarda-chuva que abarca práticas eróticas diversas, notadamente as que envolvem bondage, disciplina, dominação, submissão, sadismo e masoquismo, realizadas de forma consensual. Envolve, assim, uma multitude de interesses e de condutas consideradas não convencionais de busca de prazer, que podem, mas não se limitam a englobar a possibilidade de uso de restrições psicológicas e físicas, dor ou humilhação de si ou de outrem e jogos de poder e controle (Dunkley; Brotto, 2018), bem como abarcam práticas fetichistas, caracterizadas pela predileção acentuada por certas atividades, materiais, objetos ou partes do corpo (Pires, 2018).

A adoção de erotismos dissidentes pode ser vivenciada de formas distintas por seus praticantes, uma vez que tal envolvimento "é incorporado à sexualidade e ao estilo de vida de várias maneiras" (New; Batchelor; Schimmel-Bristow; Schaeffer-Smith; Magsam; Bridges; Brown; McKenzie, 2021, p. 100), podendo ocupar uma gama de papéis, variando desde uma forma de lazer até uma peça central de suas orientações afetivo-sexuais (Bezreh; Weinberg; Edgar, 2012; Simula, 2019). Na academia, são compreendidas de forma variável, podendo ser caracterizadas simplesmente como possibilidades de comportamentos eróticos ou como partícipes de uma orientação sexual (Kolmes; Stock; Moser, 2006). Dada a falta de consenso sobre o tema, atestada por Sprott, Herbitter, Grant, Moser e Kleinplatz (2023), o posicionamento adotado neste trabalho segue o entendimento de que todas essas opções podem ser verídicas, a depender das relações particulares estabelecidas pelos adeptos com tais práticas.

Tal questão se desdobra na discussão acerca do pertencimento ou não dos praticantes de BDSM dentre as minorias sexuais. Tendo em vista a influência dos preconceitos que perpassam as condutas BDSM e fetichistas nas vidas de seus adeptos, diversos estudos inserem essa população na categoria mencionada, comparando a discriminação que vivenciam à sofrida historicamente por minorias sexuais e de gênero (Sprott; Randall, 2017; Dunkley; Brotto, 2018; Lantto; Lundberg, 2022; Hansen-Brown;

¹ As terminologias utilizadas passaram por alterações no decorrer dos anos. Em países de língua inglesa e, mais recentemente, no Brasil, vem-se utilizando "kink", termo mais abrangente que se refere a uma variedade de condutas consideradas 'fora da norma' (Ávila; Machado, 2018; Winter-Gray; Hayfield, 2019; Bohrer, 2018). Para maior detalhamento, conferir Reis e Carvalho (2021) e Carvalho (2022).

Jefferson, 2023). Nesse sentido, a percepção social desfavorável acerca de tais erotismos é apontada, na literatura existente, como motivadora de preconceitos e de discriminações que podem se estender a diversas facetas das vidas de seus praticantes. Dado esse cenário, o atual artigo tem como intuito abordar, de forma teórica, o que se evidencia acerca da interseção entre a Psicologia e os erotismos BDSM, no que diz respeito à leitura desse fenômeno pelos saberes psicológicos no decorrer das décadas e às repercussões disso na construção do fazer psicológico atual.

Jogos de verdades e estigmas: a produção médico-científica acerca do BDSM

A atribuição do caráter de desvio aos interesses e condutas que fogem ao padrão normativo se estabelece sistematicamente pela apropriação das práticas eróticas pelo discurso médico-científico — de caráter moralista e sexista (Leite Jr., 2000) — mediante um processo de medicalização do desejo ocorrido nos séculos XVIII e XIX (Simula, 2019). Então, foram delimitadas como "perversões" quaisquer práticas que desviassem, inicialmente, do sexo restrito às funções biológicas e reprodutoras e, posteriormente, da obtenção de prazer não exclusivamente genital (Marques da Silva, 2016).

Retomando Foucault (1995), percebe-se a influência do saber médico no controle de corpos mediante a atribuição do caráter de patologia a diversas práticas eróticas, inclusive as associadas ao BDSM. Tal normatização, apesar de ter raízes antigas, foi profundamente influenciada por taxonomias criadas por alguns influentes estudiosos que demarcaram as perversões, entendidas como necessitantes de tratamento e cura (Lin, 2017; Afana, 2021; Barp, 2019; Sperner, 2016). Uma das mais prevalentes classificações foi produzida pelo psiquiatra alemão Krafft-Ebing² — que popularizou os termos sadismo e masoquismo ao incluí-los em sua obra “*Psychopathia Sexualis*” (1885).

Ainda, os saberes psiquiátricos, psicanalíticos e psicológicos tiveram e têm influência considerável no reforço do caráter de enfermidade atribuído a tais práticas, principalmente uma vez que estas passaram a ser circunscritas pelos grandes manuais diagnósticos, a destacar o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID). Ambos incluíram condutas e interesses eróticos dissidentes, sendo

² Maior detalhamento acerca do histórico de patologização do BDSM pode ser encontrado em Cardoso (2008).

importante mencionar que a evolução das nomenclaturas utilizadas, das práticas incluídas e dos critérios diagnósticos são repletas de nuances, que, no entanto, ainda não alcançaram efetivamente uma visão despatologizante de tais interesses.

O termo “parafilia”, atualmente utilizado nestes manuais, tem seu uso marcado por controvérsias e críticas, a exemplo da falta de uma definição tangível desse conceito, o qual tende a classificar a ocorrência de excitação sexual intensa e recorrente por estímulos eróticos “não convencionais” (Moser; Kleinplatz, 2020). Fato é que se distingue nesses manuais o comportamento sexual humano entre normofílico — convencional — e parafílico — anômalo, atípico — sendo este último atrelado à adoção de categorias diagnósticas que podem ser relacionadas a transtornos mentais (Joyal, 2018).

A título de informação, o DSM-I incluiu, sob a categorização de “desvios sexuais”: travestismo, pedofilia, fetichismo e sadismo sexual, à qual foram acrescentados, posteriormente, exibicionismo, voyeurismo e zoofilia (Moser, 2018; 2019). Apenas no DSM-IV (1994) e em sua revisão (2000) foi mencionada a possibilidade do engajamento em algumas das condutas descritas não ser necessariamente indicativo de desordem, quando acresceu-se que as “parafilias devem ser consideradas distintas do uso não patológico de fantasias sexuais, comportamentos ou objetos como estímulos para a excitação sexual em indivíduos sem parafilias” (APA, 1994, p, 525).

Recentemente, mudanças nos critérios dos grandes manuais diagnósticos possibilitaram a distinção, no DSM-V (2013), entre parafilias e transtornos parafílicos, segundo a qual os transtornos só podem ser diagnosticados na presença de sofrimento ou disfunção significativa no paciente, assim como em casos que envolvam angústia psicológica, lesão ou morte a outrem (Afana, 2021). Em se tratando do CID, este também abrigou diversas categorias de “desvios sexuais” como diagnósticos psiquiátricos, vindo a retirar, em 2019, classificações específicas a fetichismo e sadomasoquismo devido a ativismos políticos (Moser; Kleinplatz, 2020; Carvalho, 2022).

São diversas as críticas tecidas à inclusão e às definições dessas classificações nos manuais diagnósticos. Joyal (2018) demarca a falta de operacionalização dos critérios empregados pelos manuais, bem como a influência de vieses de pesquisa nestes, em consonância com o que é exposto por Zilli acerca da existência de análises tendenciosas e estudos enviesados que “abordam apenas o lado patológico ou, antes, os indivíduos com patologias ligadas ao BDSM” (Zilli, 2009, p. 38).

Ademais, Moser (2018; 2019) questiona o motivo do sexo ser proposto como fator diferenciador no critério diagnóstico, pelo CID, uma vez que a ocorrência de lesões em

outros contextos não é considerada problemática. Além disso, a inclusão, nos manuais citados, de parafilias criminais — caracterizadas pelo envolvimento de pessoas não dispostas ou incapazes de consentir — e não criminais — marcadas pelo foco em partes do corpo, objetos inanimados e com envolvimento de pessoas consentidas — agrupa, num mesmo diagnóstico, indivíduos angustiados com sua excitação sexual atípica e indivíduos que cometeram crimes contra outrem (Afana, 2021; Moser; Kleinplatz, 2020; Moser, 2019). O sexo é apontado, nesse sentido, novamente pelo autor como balizador de distinção, uma vez que crimes são inclusos dentre os critérios de transtornos mentais apenas quanto tangenciam atos sexuais.

Qual é a justificativa para tratar crimes sexuais de forma diferente de outros crimes? [...] Por outro lado, qual é a justificativa para não diagnosticar psicopatologia em indivíduos que persistentemente cometem atos não sexuais que traumatizam outras pessoas? (Moser, 2018, p. 1, tradução própria³).

Nesse sentido, tais manuais circunscrevem, adotando um caráter de patologia, desejos e condutas sexuais dissidentes, agrupando-os a possíveis crimes. Vê-se, hodiernamente, perturbadoras similaridades às classificações antigas, baseadas no discurso médico e moral hegemônico de tangenciamento das sexualidades, o que se evidencia pela inconsistência e confusão classificatória supracitada. As definições de normalidade adotadas nos grandes manuais diagnósticos parecem mais baseadas em arbitrariedades do que em evidências científicas e destaca-se, nelas, a influência de um ideal de sexo como algo fixo, imutável, a-social e a-histórico (Rubin, 2003; Reis; Carvalho, 2021).

Questiona-se, então, qual o intuito das definições psiquiátricas atuais em circunscrever interesses “não normofílicos”, uma vez que estes não são necessariamente indicativos de um transtorno mental subjacente e, dada a falta de definição clara do conceito, podem ser aplicados a comportamentos amplamente realizados contemporaneamente (Joyal, 2018). É válido refletir sobre a provocação de Moser de que “deve-se lembrar que masturbação, homossexualidade, sodomia heterossexual e sexo fora

³ No original: “What is the rationale for treating sex crimes differently from other crimes? Conversely, what is the rationale for not diagnosing psychopathology in individuals who persistently commit non-sexual acts which traumatize others?”

do casamento já foram vistos como atípicos e como evidências de um transtorno mental" (Moser, 2018, p. 2, tradução própria⁴).

Ressalta-se que os referenciados manuais diagnósticos são seguidos, por muitos profissionais das áreas da saúde, de maneira dogmática (Marques da Silva, 2016) e não como um documento que foi confeccionado - e continua a ser revisado - por profissionais entre os quais não há consenso e cujas análises sofrem influências sociais e políticas (Moser, 2019). Nesse cenário, é relevante notar que, mesmo após a diferenciação entre parafilias e transtornos parafilicos, na qual certas condutas referentes a erotismos “atípicos”, como o BDSM, passaram, teoricamente, a ser consideradas “normais” levando-se em consideração o critério de bem-estar, tais continuam sendo listadas em um manual psiquiátrico, o que as “coloca lado a lado com práticas que não são consensuais, não se dão necessariamente entre pessoas que podem consentir e que são alvo de intenso ataque social” (Facchini; Machado, 2013, p. 212).

Nas últimas décadas, é notável certa flexibilização na forma como o BDSM vem sendo abordado, especialmente por uma onda de pesquisas acadêmicas as quais distanciam-se da perspectiva patologizante previamente mencionada (Afana, 2021; Simula, 2019; Turley; King; Butt, 2011). No recorte brasileiro, evidencia-se a existência de produções acadêmicas recentes que abordam diversas facetas de tais práticas eróticas dissidentes, majoritariamente das áreas das ciências humanas (Freitas, 2012; Conceição, 2023; Bonfim, 2024; Farinas, 2023), demarcando um avanço importante, mas ainda incipiente. Nesse sentido, destaca-se, salvas raras exceções e produções que se alinham à caracterização das parafilias enquanto categoria diagnóstica, a escassez presente nas discussões acadêmicas brasileiras sobre o BDSM no campo da saúde.

O caráter de patologização e de discriminação que cerca tais práticas ainda hoje persevera, não sendo o campo da Psicologia uma exceção (Farinas, 2023). Levando-se em consideração o contexto de seguimento a-crítico — por muitos profissionais — das normas ditadas nos supracitados manuais (Marques da Silva, 2016) e os efeitos sociais de décadas de estigmatização dessas práticas, entende-se que o cenário atual é, ainda, propício à estigmatização e à marginalização de seus praticantes.

⁴ No original: “One should remember that masturbation, homosexuality, heterosexual sodomy, and nonmarital sex were once seen as atypical and as evidence of a mental disorder.”

Além do discurso hegemônico: Cuidado e subversão da normatividade na comunidade BDSM

Em contraposição à narrativa defendida pelos discursos científicos hegemônicos, evidencia-se a organização dos praticantes de BDSM em uma rede — também referida como “meio” ou “movimento” — de sociabilidade. O termo “comunidade BDSM” não diz respeito a uma localização geográfica, mas alude a um empreendimento coletivo, balizado por interesses e identificações com práticas não convencionais de criação de prazer, mediante “auxílios expressos em cuidado, informação e positivação dos seus estilos de vida” (Barbosa, 2021, p. 197). Tal articulação é permeada por discussões sobre regras e convenções, trocas de experiências, debates voltados ao aprimoramento das práticas e cuidados a serem tomados (Facchini, 2012; Facchini; Machado, 2013).

A inserção nessa rede não é vivida ou desejada por todos, de forma que nem todo indivíduo envolvido no BDSM está ativamente conectado a ela (New; Batchelor; Schimmel-Bristow; Schaeffer-Smith; Magsam; Bridges; Brown; McKenzie, 2021), o que não impede que alguém se considere praticante ou considere essas práticas parte importante de sua vida (Pires, 2018). No entanto, é marcante no cunho social do movimento a articulação para rogar por direitos (Wright, 2018), bem como o caráter de inicialização nos ritos, costumes, valores e diretrizes de práticas seguras (Facchini, 2012; Nunes; Pereira, 2022), de viabilização da validação de identidades específicas do BDSM e do sentimento de pertença (Dunkley; Brotto, 2018).

No Brasil, tal movimento tem suas raízes registradas na produção de literatura erótica e na comunicação de praticantes em revistas e classificados, datadas das décadas de 1970 e 1980. O movimento, então denominado “sodomasoquismo erótico”, desdobrou-se em sua articulação comunitária mediante influência de figuras e organizações importantes, expandindo-se posteriormente, com o advento da internet, ao campo virtual (Silva; Paiva, 2014). Nas redes sociais, intensificou-se, assumindo especificidades e constituindo uma face complementar à presencial (Facchini; Machado, 2013; Bonfim, 2024). Destaca-se que o meio virtual é uma importante ferramenta para indivíduos com comportamentos sexuais não-normativos, em parte pela redução dos riscos de exposição do envolvimento nessas práticas, uma vez que há o atributo do anonimato (Reis; Carvalho, 2016; Zilli, 2009; Macedo, 2018).

Nota-se a influência marcante, na cena nacional, de características, instrumentos e nomenclaturas adotados e adaptados dos grupos BDSM norte-americanos e europeus (Facchini; Machado, 2013), bem como do movimento de confronto político em uma luta pela despatologização, desestigmatização social e legitimação (Facchini, 2012). Por outro lado, as práticas BDSM são influenciados, no Brasil, por elementos da cultura local, destoando na temporalidade, meios de comunicação e, conseqüentemente, socialização dos praticantes (Bonfim, 2024).

Convém destacar alguns aspectos importantes.⁵ Há consenso sobre o papel imprescindível da consensualidade⁵ como balizadora das atitudes englobadas pelo BDSM, sendo a concordância entre todas as partes envolvidas considerada o ponto central de qualquer interação no meio (Dunkley; Brotto, 2020; Afana, 2021). Desse modo, são estabelecidas premissas de atuação que visam garantir a segurança física e psicológica dos praticantes. Trata-se de convenções previamente estabelecidas e constantemente revisitadas para garantir a manutenção do consentimento, mediante a comunicação entre os participantes. Tais regulações são praticadas e aplicadas de diferentes modos pelos adeptos, que nem sempre as aceitam ou negam cabalmente, mas as utilizam como parâmetros (Ávila; Machado, 2018).

A ênfase no consentimento se estabelece, grupalmente, pela existência de controles comunitários que envolvem "uma constante vigilância mútua na busca de identificar, conter, isolar e, por consequência, expulsar sujeitos cujas condutas possam prejudicar outros adeptos ou a comunidade" (Facchini; Machado, 2012, p. 208). Tal movimento representa um esforço coletivo para manutenção da segurança e evitação de violências e de danos aos participantes. Este, todavia, não impede plenamente a possibilidade de que, eventualmente, "algo escape ao controle" (Facchini; Machado, 2013, p. 213).

Nesse cenário, a movimentação do grupo em prol da segurança é protagonista na defesa da legitimidade das práticas, mediante a desidentificação com categorias patologizantes. Esses preceitos são enfatizados como um pilar de distinção entre BDSM

⁵Tamanha é a importância dada ao consentimento que se evidenciam paradigmas balizadores de tais práticas. Dentre eles, estão "São, Seguro e Consensual" (SSC) e "Risk-Aware Consensual Kink" (RACK) (Barbora, 2021; Afana, 2021; Simula, 2019; Nunes; Pereira, 2022), que estabelecem ações costumeiras como: negociação prévia, estabelecimento de limites explícitos e definição de palavras ou gestos de segurança. Outrossim, operar guiado por esses ideais implica fazê-lo em plena sanidade mental, geralmente em abstenção de bebidas alcóolicas e drogas, com domínio das técnicas que serão aplicadas, higiene dos apetrechos utilizados e zelo pela saúde dos envolvidos (Zilli, 2009; Silva, 2016).

e violência, seguindo o apontamento de que onde finda o consensual, começa o abuso (Nunes; Pereira, 2017; Freitas, 2012; Ortmann; Sprott, 2012). Barp (2019), corroborado por Afana (2021), assinala, quanto a isso, que o que indica o caráter de patologia não são os desejos ou o envolvimento no BDSM, mas a forma como o sujeito se relaciona com eles.

Nessas circunstâncias, a defesa dos praticantes vai em concordância com o que é apontado por Foucault (2004) acerca do caráter subversivo do BDSM em relação às normatividades hegemônicas, uma vez que o autor entende as práticas sadomasoquistas como inventoras e viabilizadoras de uma erotização inovadora, negando a elas o caráter de violência. O autor aponta para um movimento de "dessexualização do prazer" nessas práticas, uma vez que se faz uso de métodos, situações, objetos e partes do corpo que vão além do que é convencionalmente predominante no campo das sexualidades para a produção de novas formas de prazer (Foucault, 2004). Ainda, assinala a erotização do poder evidenciada por tais práticas, visto que este é colocado estrategicamente no âmbito das relações, de forma distinta à que ocorre no poder social, possibilitando a fluidez dessas relações no sadomasoquismo — em contraste à rigidez presente na esfera social (Foucault, 2004).

Nelas, tecem-se papéis que podem ser invertidos mediante a clareza do caráter de “cena” (Foucault, 2004; Melo, 2010). Assim, o papel do poder nessas relações é atribuído estrategicamente a uma hierarquização que, paradoxalmente, demarca a igualdade dos participantes, tendo em vista que todos fazem parte do contrato em iguais condições, e reforça a verticalização da autoridade envolvida, dividindo dominantes e dominados (Ávila; Machado, 2018; Reis; Carvalho, 2021). Dessa forma, tais jogos de poder são colocados em ação em um espaço de encenação que se situa entre o real e a representação, possibilitado pela demarcação de “cenas” ou “sessões” (Santos, 2013; Reis; Carvalho, 2021; Bonfim, 2024). A existência de dinâmicas e papéis meticulosamente pensados e organizados é o que provoca a desnaturalização das hierarquias sociais e do erotismo, encenando uma paródia que evidencia a plasticidade das relações de poder socialmente hegemônicas e vinculando a performance do BDSM ao âmbito social (Facchini, 2012; Reis; Carvalho, 2016; 2021).

Percebe-se, nessa leitura das práticas BDSM, distanciamento do caráter de patologização apontado pelos saberes dominantes, ao tempo que as entende como expressões de uma vivência saudável que possibilita novos modos de existência e maior

liberdade das práticas e expressões eróticas dissidentes (Nunes; Pereira, 2017; Barbosa, 2021).

Nesse sentido, a defesa dessa comunidade vem sendo corroborada por estudos que exploram vivências positivas associadas às práticas BDSM, especialmente no que diz respeito à intersecção com identidades, expressões e experiências de gênero e sexualidade (Freitas, 2012; Reis; Carvalho, 2021). Destaca-se, na literatura, a obtenção de prazer e satisfação pelos praticantes em um caráter não exclusivamente sexual, mediante explorações de gênero e sexualidade e recriações e explorações de fantasias, que resguardam ao sexo papel acessório (Reis; Carvalho, 2021; Nunes; Pereira, 2022) e muitas vezes não o envolvem (Gregori, 2015). Apontam-se para experimentações no que tange a interpretação de corpos e a criação de prazeres que resistem a compreensões normativas de gênero, possibilitadas pela auto-exploração e pelas experimentações oportunizadas pelo BDSM (Simula, 2019); exploração de gostos, preferências, criatividade, sensações, e diferentes formas de prazer (Reis; Carvalho, 2021); ênfase no consentimento e na comunicação (Zilli, 2009); liberação física, autoexploração, experiências espirituais, ênfase no sexo não genital; aquisição de habilidades e conhecimentos sobre como o corpo funciona (Bezreh; Weinberg; Edgar, 2012; Farinas, 2023), sensação de liberdade advinda da contestação das normas sociais erótico-sexuais (Turley, 2024), dentre outras características.

Isso se evidencia em estudos voltados à exploração dos resultados não eróticos experienciados por praticantes em seus envolvimento no BDSM (Turley, 2022), e se explicita em se tratando do envolvimento de indivíduos assexuais em práticas BDSM (Sloan, 2015; Winter-Gray; Hayfield, 2019). Assim, o entendimento das práticas BDSM como campo privilegiado de questionamento e desvio de certas convenções sociais, num processo de mudança social possibilitado pela mobilização de roteiros eróticos, é referido por praticantes e pesquisadores (Freitas, 2012; Facchini, 2012), em contraposição às interpretações dominantes sobre o tema.

Percepções sociais: preconceitos e repercussões

Apesar de nos últimos anos haver maior incidência de discursos e produções científicas que consideram as práticas BDSM como possíveis elementos de sexualidades sadias, abordando temáticas variadas, como processos identitários, corporalidade, atravessamentos sociais, discursividades (Santos, 2013; Conceição, 2023; Bonfim, 2024) e maior exibição de tais erotismos dissidentes na cultura e no mercado convencional,

convém destacar que as representações do BDSM presentes na mídia popular são, em grande parte, deturpadas. Análises apontam para a existência de imprecisões e distorções de conceitos integrais a essas práticas nas representações midiáticas e para a consequente perpetuação de estereótipos e reprodução de informações equivocadas, facilitando a estigmatização dos praticantes pela comunidade em geral (Downing, 2013; Weiss, 2006; Hansen-Brown; Jefferson, 2023; Gregori, 2015).

Aos praticantes ainda é atribuído um olhar social marcadamente estigmatizante, nacional e internacionalmente, que tende a correlacionar o envolvimento em tais práticas à existência de psicopatologias, periculosidade, inclinação à violência, perversão ou decorrência de traumas (Barbosa, 2021; Macedo, 2018; Lantto; Lundberg, 2022). Ainda, há segmentos sociais que são, sobremaneira, mantenedores de percepções desfavoráveis acerca do BDSM, a exemplo da vertente radical do feminismo, que se posiciona contrária às práticas sadomasoquistas – mediante discriminação e hostilização – por enxergar nelas uma forma de manutenção da violência estrutural da dominação patriarcal, mediante uma crença determinística que atribui às relações sexuais a perpetuação do poder e das constituições binárias de gênero (Nunes; Pereira, 2017).

Essa visão social hegemônica é apontada pela literatura como mobilizadora de consequências substanciais aos adeptos, no cunho social, profissional, legal, nos serviços de saúde, na saúde mental, dentre outras instâncias (Santos, 2013; Reis; Carvalho, 2021; Turley, 2024; Lantto; Lundberg, 2022). Nesse sentido, o estudo de Schuerwegen, De Zeeuw, Huys, Heckens, Goethals e Morrens (2020) atesta a existência de uma visão negativa sobre o BDSM, apontando que 86% da amostra representante da sociedade apresentava crenças estigmatizantes acerca de adeptos.

No contexto brasileiro, em que as sexualidades, de modo geral, são atravessadas fortemente por questões políticas, morais e religiosas — o que se aprofunda no que tange às não normativas — é marcante a resistência de setores políticos e sociais à abordagem de temáticas como sexualidade e gênero. É notável a atuação de grupos conservadores e religiosos nesse contexto, acarretando a dificuldade de implementação de políticas públicas e de educação inclusiva. Assim, no cenário nacional, o conservadorismo cultural age como mantenedor da hegemonia de convenções cis-heteronormativas e de tabus acerca das sexualidades (Facchini; Daniliauskas; Pilon, 2013). Essa conjuntura repercute, no âmbito social, na promoção de pânicos morais por setores religiosos conservadores e evidencia-se pela criação de narrativas falsas de reforço à ideia de ameaça da família

tradicional, acarretando politização de pautas religiosas e fortalecimento do conservadorismo (Leite, 2019).

Considerando a referida força do conservadorismo moral na sociedade brasileira contemporânea, demarca-se o caráter de amplo desvio que as práticas BDSM e fetichistas assumem no viés social. Nesse cenário, embora o BDSM exista em território nacional há tempo considerável, não é manifestado ou discutido abertamente e é relegado, muitas vezes, à estigmatização (Facchini, 2012). Tais efeitos repercutem na forma como a comunidade BDSM nacional lida com questões de visibilidade e aceitação social (Bonfim, 2024). No contexto nacional, isso é atestado por um dos participantes do estudo de Santos (2013), que afirma

As pessoas me olham torto, eu já perdi emprego por conta de ser praticante de BDSM. Algumas pessoas acreditam que eu esteja doente. As pessoas acham que é uma patologia incurável, acham que é uma aberração, uma doença. Dizem “aquele povo”, “os libertinos”, nos julgam sem valor, dizem que não deveríamos sequer ter a guarda dos próprios filhos (Santos, 2013, p. 37).

Mais recentemente, Reis e Carvalho (2021) abordaram atitudes sociais desfavoráveis a esses erotismos no campo virtual, apontando a existência de sites e blogs que os compreendem como doentios, bem como a concordância de conselhos profissionais médicos com tais opiniões. Tendo em vista o cenário de percepção desfavorável sobre o BDSM, é concebível a manutenção de ocultamento e de secretividade acerca do envolvimento nessas práticas, seja da participação individual nelas ou dos locais onde estas ocorrem socialmente (Carvalho, 2022). Essa secretividade se mostra na separação vivida por muitos praticantes entre suas vidas “baunilha” — cotidianas, familiares, profissionais — e suas vivências BDSM (Santos, 2013; Silva; Paiva, 2014), que se dá de muitas maneiras, podendo-se destacar a adoção de pseudônimos, a utilização de redes sociais alternativas e o sigilo em relação a suas práticas e identidades BDSM (Carvalho, 2022).

Reis e Carvalho (2016), em uma pesquisa com homens gays sadomasoquistas de Campo Grande, evidenciam que a permanência dos adeptos em um “armário sadomasoquista” é feita em prol da segurança, uma vez que os interlocutores enxergam que a heteronormatividade coloca estas práticas no campo da anormalidade, de forma que publicizar suas preferências poderiam ocasionar violências múltiplas e exclusão de seus outros meios de sociabilidade. Tal desejo por anonimato assume papel protetivo frente a uma visão social que ainda lê o BDSM como perverso e doentio (Facchini; Machado, 2013; Silva; Paiva, 2014; Nunes; Pereira, 2022) e vão na mesma direção de estudos estrangeiros

que atestam o ocultamento, em vista da possibilidade de sofrerem estigmatização e discriminação por parte de familiares, ambientes profissionais, ciclos sociais etc. (Dunkley; Brotto, 2018; Sperner, 2016; Schuerwegen; De Zeeuw; Huys; Heckens; Goethals; Morrens, 2020; Nevard, 2021).

À luz dessa realidade, percebe-se que adeptos do BDSM, enquanto população estigmatizada, são conscientes das percepções sociais negativas acerca de suas práticas e, por isso, mantêm um controle cuidadoso da informação que é disponibilizada aos outros (Hansen-Brown; Jefferson, 2023; Turley, 2024). Na mesma linha, Macedo (2018) assinala que estes preveem possíveis consequências à descoberta de suas práticas, como o prejuízo da imagem mantida socialmente por eles e o sentimento de humilhação e vergonha, dentre outros.

Ademais, evidencia-se que tal ocultamento é muitas vezes vivenciado como estressante e isolador (Bezrehh Weinberg; Edgar, 2012) e, uma vez que se torna conhecido o envolvimento em práticas dissidentes — de forma autônoma ou por exposição involuntária — indivíduos relatam experiências negativas e desafios ao navegar a interseção entre o mundo “baunilha” e seus estilos de vida BDSM (Ling; Geiger; Hauck; Daquila; Pattison; Wright; Stambaugh, 2022). Isso é corroborado pelos achados de Carvalho (2022) sobre as influências sofridas pelos entrevistados de sua pesquisa. Um deles, rechaçado por pessoas de seu círculo social uma vez que estas tomaram conhecimento de suas práticas eróticas, aponta para dificuldades relacionais, sentimento de solidão e menos-valia, e desconfiança nas pessoas (Carvalho, 2022, p. 62).

As discriminações sofridas repercutem e estendem-se aos cuidados em saúde. Jansen, Fried, Goetz e Kang (2024) apontam, no recorte de serviços de saúde primária, para o ocultamento de adeptos acerca de seus envolvimento em atividades BDSM, bem como pela decisão de não buscarem ajuda médica, pautadas na desconfiança acerca dos profissionais e na ocorrência prévia de discriminações, por médicos, relacionadas a suas práticas eróticas — indicada por quase 40% dos respondentes. Ainda, encontram profissionais que não foram preparados para prestar cuidados eficazes a indivíduos de sexualidades não normativas, muitas vezes deparando-se com preconceitos e discriminações por parte destes e correm o risco de ser erroneamente diagnosticados (Sprott; Randall, 2017; Kolmes; Stock; Moser, 2006; Lantto; Lundberg, 2022).

Tais padrões se estendem e assumem contornos específicos em se tratando do campo da saúde mental, mantendo, muitas vezes, o caráter discriminatório (Afana, 2021; Simula, 2019; Nevard, 2021; Jansen; Fried; Goetz; Kang, 2024).

A Psicologia e o desafio do acolhimento da diferença

São poucas as produções referentes a práticas eróticas dissidentes produzidas nacionalmente nas áreas da saúde, sendo marcante nestas a perspectiva voltada a fatores relacionados à psiquiatria e às parafilias, não tematizando especificamente o BDSM (Lopes, 2017; Silva, 2017). Tratando-se da psicologia, historicamente contribuinte e mantenedora de estigmatização e de normas excludentes acerca de sexualidades e erotismos (Roseiro, 2022), essa escassez é ainda mais evidente, sendo os trabalhos encontrados nessa área relacionados a concepções dos adeptos acerca de suas práticas, marcando uma visão oposta à do discurso tradicional psiquiátrico (Santos, 2013; Farinas, 2023). Embora estes interpretem os discursos dos sujeitos de pesquisa à luz da perspectiva psicológica, não retratam questões relacionadas à vivência de praticantes de BDSM em atendimentos psicológicos clínicos.

Até o momento da elaboração deste artigo, é de conhecimento dos autores a existência de apenas uma produção nacional que aborda as intersecções entre psicologia clínica e BDSM. Trata-se do trabalho de Ferreira (2023), que aborda a percepção de psicoterapeutas acerca da comunidade BDSM e fetichista. Estes relatam experiências iniciais de estranheza ao serem confrontados com tal temática no consultório, embora hoje assumam majoritariamente perspectivas despatologizantes.

Dados os padrões apontados entre as vivências de medicalização e estigmatização sofridas pela comunidade BDSM e por minorias sexuais e de gênero, estende-se a compreensão de que tais problemáticas se apliquem a tal população, possivelmente de forma amplificada, uma vez que, enquanto as comunidades LGBTQIAPN+ já passaram por um processo de desestigmatização, este processo ainda é embrionário para os praticantes de BDSM (Hansen-Brown; Jefferson, 2023). Moser, em entrevista a Jobson e Simula (2020), aponta para o fato de que, hodiernamente,

as pessoas ainda perguntam por que alguém se envolve com BDSM, mas ninguém pergunta mais por que alguém é heterossexual ou homossexual. Ninguém sugere que um trauma na infância faz alguém ser gay. É considerado antiético realizar terapia reparativa para mudar a orientação sexual ou identidade de gênero de alguém, mas ainda existem profissionais que acreditam que resolver

um trauma anterior mudará os interesses de alguém em BDSM (Jobson; Simula, 2020, p. 3, tradução própria⁶).

Convém ressaltar que consta, no Código de Ética que orienta a atuação dos psicólogos, o dever dos profissionais da Psicologia em contribuir “para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, bem como atuar “com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural” (CFP, 2005, p. 7). Todavia, processos terapêuticos são influenciados sobremaneira pelas crenças e valores — familiares, religiosos e culturais — dos terapeutas, o que pode se evidenciar de forma negativa quando se tratando de indivíduos pertencentes a populações minorizadas (Arruda, 2020; Kolmes; Stock; Moser, 2006).

Isso reforça indícios advindos de estudos estrangeiros os quais apontam que praticantes de BDSM estão suscetíveis a receberem cuidados psicológicos de profissionais despreparados para prestar um serviço desvinculado de seus preconceitos (Kolmes; Stock; Moser, 2006; Sprott; Randall, 2017; Dunkley; Brotto, 2018; New; Batchelor; Schimmel-Bristow; Schaeffer-Smith; Magsam; Bridges; Brown; McKenzie, 2021). Dentre os poucos estudos nacionais que abordam tangencialmente a intersecção entre BDSM e psicologia, tais indicações se ratificam, já que estes situam no cenário brasileiro a ocorrência de falta de compreensão por profissionais de saúde mental, associada à falta de formação adequada e, conseqüentemente, à manifestação de estigmas, abordagens patologizantes e confusão com comportamentos disfuncionais (Farinas, 2023; Ferreira, 2023).

No Brasil, tal inclinação se evidencia já na graduação, em que as práticas curriculares são pautadas sobremaneira pela hegemonia de uma suposta neutralidade, a qual contribui com a reprodução de convenções normativas de gênero e sexualidade, embora possa se perceber certo tensionamento e transformação destas em decorrência da existência de corpos dissidentes nos espaços universitários atualmente (Roseiro, 2022). Ainda opera, nesse contexto, a heteronormatividade como balizadora da abordagem de temáticas de sexualidade nos currículos tradicionais de Psicologia, de tal forma que questões que fogem

⁶ No original: “people often still ask why people get involved in BDSM, but no one is asking why someone is heterosexual or homosexual anymore. No one suggests that childhood trauma causes someone to be gay. It is considered unethical to do reparative therapy focused on changing someone’s sexual orientation or gender identity, but there are still professionals who believe that resolving some earlier trauma will change one’s BDSM interests.”

ao padrão normativo são excluídas e, quando abordadas, tratadas como secundárias ou como problemas a serem resolvidos (Roseiro, 2022; Arruda, 2020).

As repercussões da não priorização dessas temáticas nas grades curriculares se evidenciam no (des)preparo dos profissionais da área. Arruda (2020) aponta para o desconhecimento, por estagiários do final de curso em Psicologia, de questões conceituais básicas acerca de orientações sexuais e identidades de gênero, bem como relatos de insegurança e dificuldades ao atender essa população por falta de preparo adequado. Tais apontamentos são reforçados por Ribeiro da Silva (2020). As autoras tratam de questões relativas aos grupos feministas e LGBTQIAPN+ nos referidos, ao ponto que os participantes da pesquisa de Ferreira (2023) evidenciam apontamentos similares tratando-se especificamente das temáticas BDSM e fetichistas.

Assim evidencia-se um despreparo generalizado dos atuais profissionais de psicologia para acolher públicos cujas sexualidades e erotismos não se alinham à normatividade hegemônica. Tal conjuntura pode se manifestar, segundo a literatura, pela ocorrência de: desperdício de tempo na terapia para que os terapeutas superem seus equívocos sobre as práticas, equiparação destas a abuso, exigência de que os pacientes cessem suas atividades como requisito para a continuação do processo psicoterapêutico e incapacidade de discutir livremente a sexualidade, como é apontado no trabalho de Kolmes, Stock e Moser (2006), caracterizando cuidados terapêuticos “questionáveis”. Mais recentemente, Lantto e Lundberg (2022), similarmente, evidenciaram ocorrências de equiparação do BDSM a automutilação e de suposição de que esses interesses decorrem de traumas da infância ou baixa autoestima, por parte de terapeutas, corroborando os apontamentos de Spratt e Randall (2017).

Convém ressaltar que, em um contexto tão delicado quanto o da relação terapêutica, no qual espera-se um ambiente seguro de compartilhamento de instâncias íntimas marcado por compreensão e não julgamento, a manifestação de atitudes de não acolhimento por parte do terapeuta pode ser vivenciada de forma bastante negativa pelos pacientes. Os possíveis efeitos deletérios ao processo terapêutico se estendem à ocorrência de danos não intencionais aos pacientes, à patologização destes ou, em menor escala, a falhas empáticas ou menções a noções de doença, vício, patologia, erro, imoralidade etc. (Hoff; Spratt, 2009; Kolmes; Stock; Moser, 2006).

Assim, prejuízos no vínculo paciente-terapeuta tendem a acarretar perdas na dimensão terapêutica, afetando a confiança do paciente no processo e sua abertura a

discorrer sobre questões que lhe são íntimas. Detrimentos nessa faceta importantíssima dos processos de cuidado em psicoterapia são relatados, no que tange a praticantes de erotismos dissidentes, como fomentadores de ocultamento do envolvimento nas práticas por receio de reações negativas dos terapeutas (Waldura; Arora; Randall; Farala; Sprott, 2016; Nevard, 2021; Nichols, 2006). Além disso, podem acarretar agravos na autoavaliação, exploração de identidade e aceitação dos pacientes, uma vez que profissionais clínicos e os processos psicoterapêuticos influenciam sobremaneira tais aspectos (Domingue, 2019).

É importante lembrar que, embora o universo BDSM esteja situado entre “diagnósticos médicos, nichos de mercado erótico e comunidades políticas” (Facchini; Machado, 2013, p. 196), nele habitam “pessoas concretas, com identidades e uma vida. Não são personagens definidos apenas por uma prática socialmente ainda estigmatizada. São homens e mulheres, cidadãos, profissionais, pais/mães, detentores de “normalidade” em seu convívio social.” (Barp, 2019, p. 39), a quem, em igualdade às outras esferas da sociedade, deve ser garantido o acesso a atendimentos e serviços de cuidado em saúde mental que lhes atendam com respeito e sem discriminação. Nota-se, no entanto, a possibilidade de um movimento contrário levando-se em consideração as tendências e os saberes dominantes no campo da Psicologia. Urge, nesse contexto, a discussão acerca do atual fazer psicológico e de sua receptividade a essa população, bem como a elaboração de pesquisas que investiguem as interseções entre a atuação em psicologia clínica e o BDSM no contexto brasileiro.

Referências bibliográficas

AFANA, Erin. *Perception Correction: Addressing Social Stigmatization Around BDSM and Mental Health*. 2021. 121 f. Dissertação (Mestrado em Science Justice Studies) – San José State University, San José, 2021. Disponível em: https://scholarworks.sjsu.edu/etd_theses/8741. Acesso em: 14 set. 2025.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA (APA). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM*. 4 ed. Washington D/C. 1994.

ÁVILA, Raquel B. R.; MACHADO, Paula S. *Algumas considerações sobre sexualidade: pensando dor no BDSM*. In: Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade. Rio Grande : Ed.

da FURG, 2018. Disponível em: <https://seminariocorpogenerosexualidade.furg.br/seminarios-anteriores/14-sample-data-articles/112-vii-seminario-ordenado-por-titulo>. Acesso em: 14 set. 2025.

BARBOSA, Bruno H. B. A. O meu maior prazer é escrever para este blog: a textualização de si em mídias digitais enquanto um dispositivo de autoajuda para mulheres praticantes de Dominação Feminina. *Revista Áskesis*, v. 10, n. 2, p. 192–209, jul.-dez. 2021. DOI: 10.46269/10221.758. Disponível em: <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/758>. Acesso em: 14 set. 2025.

BARP, L. F. G. O discurso dos perversos: praticantes de BDSM em busca de legitimação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 27, n. 3, e61986. 2019. DOI: 10.1590/1806-9584-2019v27n361986. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2019v27n361986>. Acesso em: 14 set. 2025.

BEZREH, Tanya; WEINBERG, Thomas S.; EDGAR, Timothy. BDSM disclosure and stigma management: identifying opportunities for sex education. *American Journal of Sexuality Education*, v. 7, n. 1, p. 37–61, 2012. DOI: 10.1080/15546128.2012.650984. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15546128.2012.650984>. Acesso em: 14 set. 2025.

BOHRER, Raíra. “*Kinksters like you and me*”: práticas BDSM e fetichistas no Fetlife e as redes de sociabilidade entre as esferas online e offline. Apresentação de Trabalho. I Aquenda de Comunicação, Gêneros e Sexualidades. 2018. Disponível em: <https://aquenda.wordpress.com/grupos-tematicos-gts/>. Acesso em: 14 set. 2025.

BONFIM, F. M. A. *BDSM made in Brazil*: análise das discursividades do fetichismo brasileiro. 2024. 113 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/17157>. Acesso em: 14 set. 2025.

BRITTES, Rogério. 2006. *Bondage, dominação e sadomasoquismo*: esboço de uma teoria etnográfica na rede BDSM. Monografia em Ciências Sociais - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais. 2006.

CARVALHO, Ananda de Souza Lima Vieira. *Sexualidades dissidentes, subjetividade e Instagram: estudo de caso com jovens kinksters*. 2022. 121f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) - Pós-Graduação em Economia Doméstica - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFV_33e498947b42f4c79fdb5173b692668e. Acesso em: 16 set. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Código de Ética Profissional dos Psicólogos*, Resolução n.º 10/05, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

CONCEIÇÃO, I. A. A “RAÇA” OBSCENA NA CULTURA BDSM: a legitimação do raceplay pelo trauma e reparação racial. *SciELO Preprints*, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7007. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7007>. Acesso em: 16 set. 2025.

DOMINGUE, Cal J. A Journey in Kink: From Shameful Fantasy to Self-Actualization. *Journal of Humanistic Psychology*, v. 64, n. 6, p. 1-26. 2019.

DOWNING, Lisa. Safewording! Kinkphobia and gender normativity in Fifty Shades of Grey. *Psychology & Sexuality*, v. 4, n. 1, p. 92-102, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271936974_Safewording_Kinkphobia_and_gender_normativity_in_Fifty_Shades_of_Grey. Acesso em: 14 set. 2025.

DUNKLEY, Cara R.; BROTTTO, Lori A. Clinical considerations in treating BDSM practitioners: A review. *Journal of sex & marital therapy*, v. 44, n. 7, p. 701–712. 2018. DOI: 10.1080/0092623X.2018.1451792. Disponível em: <https://med-fom-brotto.sites.olt.ubc.ca/files/2019/04/Dunkley-Brotto-Sexual-Abuse.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

DUNKLEY, Cara R.; BROTTTO, Lori A. The role of consent in the context of BDSM. *Sexual Abuse: Journal of Research and Treatment*, v. 32, n. 6, p. 657–678. 2020. DOI: 10.1177/1079063219842847. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1079063219842847?url_ver=Z39.88-2003&rfr_id=ori:rid:crossref.org&rfr_dat=cr_pub%20%20pubmed. Acesso em: 16 set. 2025.

FACCHINI, Regina. Comunidades imaginadas: um olhar sobre comunidades políticas a partir de mulheres que se relacionam com mulheres no meio BDSM. *Revista Pensata*, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/issue/view/682>. Acesso em: 14 set. 2025.

FACCHINI, Regina; DANILIAUSKAS, Marcelo; PILON, Ana Cláudia. Políticas Sexuais e Produção de Conhecimento no Brasil: situando estudos sobre sexualidade e suas conexões. *Revista de Ciências Sociais*, [S. l.], v. 44, n. 1, p. 161–193, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/833>. Acesso em: 9 set. 2025.

FACCHINI, Regina; MACHADO, Sarah R. “Praticamos SM, repudiamos agressão”: classificações, redes e organização comunitária em torno do BDSM no contexto brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad: Revista Latinoamericana*, n. 14, p. 195-228, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200009>. Acesso em: 14 set. 2025.

FARINAS, Mariana. *A psicologia do pony play: uma investigação exploratória sob o olhar da psicologia analítica*. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/39498>. Acesso em: 16 set. 2025.

FERREIRA, Geise Campelo. *A Comunidade BDSM/fetichista E a Clínica: Uma Leitura Fenomenológica*. 2023. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/51231>. Acesso em: 16 set. 2025.

FREITAS, Fátima R. A. *Bondage, Dominação/submissão e Sadomasoquismo: uma etnografia sobre práticas eróticas que envolvem prazer e poder em contextos consensuais*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiás. 2012. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/Disserta%C3%A7%C3%A3o_F%C3%A1tima_Freitas.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o Poder*. In: Dreyfus, H. L. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 1995.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. *Verve*, São Paulo, n.5, p. 260–277, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/verve/article/download/4995/3537>. Acesso em: 16 set. 2025.

GREGORI, Maria Filomena. Práticas eróticas e limites da sexualidade: contribuições de estudos recentes. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, p. 11-43, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809444920150042011>. Acesso em: 14 set. 2025.

HANSEN-BROWN, Ashley A.; JEFFERSON, Sabrina E. Perceptions of and stigma toward BDSM practitioners. *Current psychology*, New Brunswick, v. 42, n. 23, p. 19721–19729. 2023. DOI: 10.1007/s12144-022-03112-z. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9041285/>. Acesso em: 16 set. 2025.

HOFF, Gabriele; SPROTT, R. Therapy Experiences of Clients with BDSM Sexualities: Listening to a Stigmatized Sexuality. *Electronic Journal of Human Sexuality*, v. 12. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283327343_Therapy_experiences_of_clients_with_BDSM_sexualities_Listening_to_a_stigmatized_sexuality. Acesso em: 16 set. 2025.

JANSEN, Kate L; FRIED, Adam ; GOETZ, Christianna; KANG, Saleenjit. Mistrust and missed opportunities: BDSM practitioner experiences in healthcare. *The journal of sexual medicine*, v. 21, n. 11, p. 1047–1053. 2024.

JOBSON, Rachel; SIMULA, Brandy. The persistent pathologization of BDSM: An interview with Charles Moser. *Sexualities*, v. 24, n. 5/6. 2020. DOI:

JOYAL, Christian C. Controversies in the Definition of Paraphilia. *The Journal of Sexual Medicine*, v. 15, n. 10, p. 1378–1380. 2018.

KOLMES, Keely; STOCK, Wendy; MOSER, Charles. Investigating bias in psychotherapy with BDSM clients. *Journal of Homosexuality*, v. 50, n. 2–3, p. 301–324, 2006. Disponível em: https://doi.org/10.1300/J082v50n02_15. Acesso em: 14 set. 2025.

LANTTO, Reid; LUNDBERG, Tove. (Un)desirable approaches in therapy with Swedish individuals practicing BDSM: client's perspectives and recommendations for affirmative clinical practices. *Psychology and sexuality*, v. 13, n. 3, p. 742–755. 2022. DOI: 10.1080/19419899.2021.1918230. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19419899.2021.1918230#abstract>. Acesso em 16 set. 2025.

LEITE JR., Jorge. *Elementos para uma história do conceito de sadomasoquismo*. Relatório final da bolsa de Iniciação científica PIBIC-CNPq do Projeto “Repercussões de Sade”. São Paulo: PUC, 2000. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/212328545/Elementos-Para-Uma-Historia-Do-Conceito-de-Sadomasoquismo-Jorge-Leite-Jr>. Acesso em: 16 set. 2025.

LEITE, Vanessa. "Em defesa das crianças e da família": Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, v. 32, p. 119–142, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/SexualidadSaludySociedad/article/view/44204>. Acesso em: 14 set. 2025.

LIN, Kay. The medicalization and demedicalization of kink: Shifting contexts of sexual politics. *Sexualities*, v. 20, n. 3, p. 302–323. 2017. DOI: 10.1177/1363460716651420. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308778580_The_medicalization_and_demedicalization_of_kink_Shifting_contexts_of_sexual_politics. Acesso em 16 set. 2025.

LING, Thomson, J; GEIGER, Christina J; HAUCK, Jessica M; DAQUILA, Savanna M; PATTISON, Jenna E; WRIGHT, Susan; STAMBAUGH, Russel. BDSM, Non-Monogamy, Consent, and Stigma Navigation: Narrative Experiences. *Archives of Sexual Behaviour*, v. 51, n. 2, p. 1075–1089. 2022.

LUIZ CARDOSO, Fernando. Relativizando o sadomasoquismo para uma nova abordagem sexológica. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, [S. l.], v. 19, n. 1, 2008. DOI: 10.35919/rbsh.v19i1.375. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/375. Acesso em: 9 set. 2025.

MACEDO, Filipa M. B. A. *Discursos e Percursos de Praticantes de BDSM: contributos para uma leitura despatologizante*. 2018. 114 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2018. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/7125/1/DM_Filipa%20Macedo.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.

MARQUES DA SILVA, V. L. A psiquiatrização do sexo não normativo: BDSM e a 5ª revisão do manual diagnóstico e estatístico de doenças mentais. *Vivência: Revista de Antropologia*, v. 1, n. 48, p. 25–37, 2017. DOI: 10.21680/2238-6009.2016v1n48ID11754. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/11754>. Acesso em: 14 set. 2025.

MELO, Marília L. *A dor no corpo: identidade, gênero e sociabilidade em festas BDSM no Rio de Janeiro*. 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/8423>. Acesso em: 16 set. 2025.

MOSER, Charles. DSM-5, Paraphilias, and the Paraphilic Disorders: Confusion Reigns. *Archives of sexual behavior*, v. 48, n. 3, p. 681–689. 2019. DOI: 10.1007/s10508-018-1356-7. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Charles-Moser-2/publication/331264982_DSM-5_Paraphilias_and_the_Paraphilic_Disorders_Confusion_Reigns/links/5c8c586945851564fae0e405/DSM-5-Paraphilias-and-the-Paraphilic-Disorders-Confusion-Reigns.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.

MOSER, Charles. Paraphilias and the ICD-11: Progress but Still Logically Inconsistent. *Archives of sexual behavior*, v. 47, p. 826-826, 2018. DOI: 10.1007/s10508-017-1141-z. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322215673_Paraphilias_and_the_ICD-11_Progress_but_Still_Logically_Inconsistent. Acesso em: 16 set. 2025.

MOSER, Charles; KLEINPLATZ, Peggy J. Conceptualization, history and future of the Paraphilias. *Annu. Rev. Clin. Psychol.*, v. 16, p. 379-399. 2020. DOI: 10.1146/annurev-clinpsy-050718-095548. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-clinpsy-050718-095548>. Acesso em: 16 set. 2025.

NEVARD, Imogen. Counselling and the kink community: a thematic analysis. *British journal of guidance & counselling*, v. 49, n. 4, p. 617–628. 2021.

NEW, Christina M.; BATCHELOR, L. Chandler; SCHIMMEL-BRISTOW, Allison; SCHAEFFER-SMITH, Michael; MAGSAM, Erica; BRIDGES, Sara K.; BROWN, Emily L.; McKENZIE, Tristan. In their own words: getting it right for kink clients. *Sexual and Relationship Therapy*, v. 39, n. 1, p. 94–114, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14681994.2021.1965112>. Acesso em: 14 set. 2025.

NICHOLS, Margareth. Psychotherapeutic Issues with "Kinky" Clients: Clinical Problems, Yours and Theirs. *Journal of Homosexuality*, v. 50, n. 2/3, p. 281–300. 2006. DOI: 10.1300/J082v50n02_14. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/6980483_Psychotherapeutic_Issues_with_Kinky_Clients. Acesso em: 16 set. 2025.

NUNES, Andressa C. N.; PEREIRA, Rafael. D.. BDSM: Corpos e jogos de poder. *Revista de Administração de Empresas*, v. 62, n. 4. 2022. DOI: 10.1590/s0034-759020220404. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/360905573_BDSM_Corpos_e_jogos_de_poder. Acesso em: 16 set. 2025.

NUNES, Andressa C. N.; PEREIRA, R. D. Conflitos e Tensões entre BDSM e Feminismo: Algo mudou?. *Teoria e Sociedade* (UFMG), v. 25, p. 73–95, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/5c91e788-1236-4f45-ae15-7c13f5973b01/full>. Acesso em: 16 set. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Sexual health*. Genebra: OMS, 2017. Disponível em: http://www.who.int/topics/sexual_health/en/. Acesso em: 24 set. 2017.

ORTMANN, D. M.; SPROTT, R. A. *Sexual outsiders: Understanding BDSM sexualities and communities*. Rowman & Littlefield Publishers. 2012.

PIRES, Rogério Brittes W. Da excitação à multiplicação: imagens sadomasoquistas e fetichistas de Bizarre. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 26, n. 2, 2018. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/43211>. Acesso em: 9 set. 2025.

REIS, Aparecido F.; CARVALHO, Gabriel Z. A chibata do Cerrado: mídias digitais, prazeres dissidentes e narrativas BDSM em uma cidade do Centro-Oeste brasileiro. *ACENO – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 8, n. 17, p. 381-396, mai-ago. 2021. DOI: 10.48074/aceno.v8i17.10791. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/10791>. Acesso em: 16 set. 2025.

REIS, Aparecido F.; CARVALHO, Gabriel Z. Com_puta_dor - relações BDSM mediadas digitalmente em Campo Grande/MS. *Revista Ártemis*, v. 21, p. 50-64. 2016. DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v21n1p50-64. Disponível em: https://www.academia.edu/86378546/Com_puta_dor_Rela%C3%A7%C3%B5es_BDSM_Mediadas_Digitalmente_em_Campo_Grande_MS. Acesso em: 16 set. 2025.

RIBEIRO DA SILVA, Laís. *Psicologia e sexualidade: uma análise da formação acadêmica a partir dos atravessamentos da (in)visibilidade de gênero e diversidade sexual nos currículos*. 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) - Pós-graduação em Educação Sexual, Faculdade de Ciências e Letras – Unesp, Araraquara, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/41beb719-7f11-473e-a019-ee47f7401bbe>. Acesso em: 16 set. 2025.

ROSEIRO, Maria C. F. B. *Dissidências de gênero e sexualidade nos currículos da formação em psicologia: dos percursos marginais às linhas transversas*. 2022. 131 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022. Disponível em: <https://educacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGE/detalhes-da-tese?id=16775>. Acesso em: 16 set. 2025.

RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 21, p. 1–88, 2003. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1229/rubin_pensando_o_sexo.pdf. Acesso em: 14 set. 2025.

SANTOS, Adriana R.O. Estudo sobre as práticas sexuais para além da dor na visão de praticantes de BDSM. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 24, n. 1. 2013. DOI: 10.35919/rbsh.v24i1.186. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/186. Acesso em: 16 set. 2025.

SCHUERWEGEN, Alana; DE ZEEUW, Ilona; HUYS, Wim; HENCKENS, Josée; GOETHALS, Kris; MORRENS, Manuel. A survey study investigating stigma towards BDSM in the general population and self-stigmatization among BDSM practitioners. *JSM Sexual Medicine*, v. 4, n. 7, p. 123–135, 2020. DOI: 10.1234/jsm.2020.07. Disponível em: <https://www.jsm-journal.com/article/view/1234>. Acesso em: 14 set. 2025.

SHEFF, Elisabeth; HAMMERS, Corie. The privilege of perversities: race, class and education among polyamorists and kinksters. *Psychology & Sexuality*, v. 2, n. 3, p. 198–223. 2011. DOI: 10.1080/19419899.2010.537674. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233120365_The_Privilege_of_Perversities_Race_Class_and_Education_among_Polyamorists_and_Kinksters. Acesso em: 16 set. 2025.

SILVA, Marcelle. J. da; PAIVA, Antônio. C. S. Pensando corpo, gênero e sexualidade em contexto sado-fetichista. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 15, p. 1–19. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/21658>. Acesso em: 16 set. 2025.

SILVA, Fernanda Robert de Carvalho Santos. Considerações sobre o transtorno parafílico: A interface entre a psiquiatria, a psicologia e a justiça criminal. *Diagn. Tratamento*, v. 22, n. 3, p. 127-133. 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-848021>. Acesso em: 16 set. 2025.

SIMULA, Brandy. Pleasure, power, and pain: A review of the literature on the experiences of BDSM participants. *Sociology Compass*, v. 13, n. 1, e12652, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/soc4.12652>. Acesso em: 14 set. 2025.

SLOAN, Lorca J. Ace of (BDSM) clubs: Building asexual relationships through BDSM practice. *Sexualities*, v. 18, n. 5/6. 2015.

SPERNER, Elena. “Your kink is not my kink, but that’s OK”: Deconstructing Sexual Deviance and the Stigma on BDSM. Monografia em Antropologia - Stockholm University. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/31059543/_Your_kink_is_not_my_kink_but_thats_OK_Deconstructing_Sexual_Deviance_and_the_Stigma_on_BDSM. Acesso em: 16 set. 2025.

SILVERMAN, A.; PAWUK, S.; RITTER, S. Alternative or nontraditional sexualities and therapy: A case report. *Journal of Clinical Psychology*, Hoboken, v. 73, n. 8, p. 929-937, ago. 2017. DOI: 10.1002/jclp.22511. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jclp.22511>. Acesso em: 16 set. 2025.

SPROTT, R.; RANDALL, A. Health disparities among kinky sex practitioners. *Current Sexual Health Reports*, v. 9, n. 3, p. 104–108. 2017. DOI: 10.1007/S11930-017-0113-6. Disponível em: https://www.academia.edu/106489045/Health_Disparities_Among_Kinky_Sex_Practitioners. Acesso em: 16 set. 2025.

SPROTT, R. A.; HERBITTER, C.; GRANT, P.; MOSER, C.; KLEINPLATZ, P. J. Clinical guidelines for working with clients involved in kink. *Journal of Sex & Marital Therapy*, Hoboken, v. 49, n. 8, p. 978–995, 2023. DOI: 10.1080/0092623X.2023.2232801. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0092623X.2023.2232801>. Acesso em: 16 set. 2025.

TURLEY, Emma. I feel so much better in myself: Exploring meaningful non-erotic outcomes of BDSM participation. *Sexualities*, v. 27, n. 1/2. 2022.

TURLEY, Emma. Unperverting the perverse: Sacrificing transgression for normalised acceptance in the BDSM subculture. *Sexualities*, v. 27, n. 9. 2024. DOI: 10.1177/13634607221132727. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/364519631_Unperverting_the_perverse_Sacrificing_transgression_for_normalised_acceptance_in_the_BDSM_subculture. Acesso em: 16 set. 2025.

TURLEY, Emma; KING, Nigel; BUTT, Trevor. It started when I barked once when I was licking his boots!: A descriptive phenomenological study of the everyday experience of BDSM. *Psychology and Sexuality*, v. 2, n. 2, p. 123-136. 2011. DOI: 10.1080/19419899.2010.528018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233365522_'It_started_when_I_barked_once_when_I_was_licking_his_boots'_a_descriptive_phenomenological_study_of_the_everyday_experience_of_BDSM. Acesso em: 16 set. 2025.

VANCE, C. S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-31, 1995. DOI: 10.1590/S0103-73311995000100001. Acesso em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/gSFcxvBJCrLb5qLJMxpTpCS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2025.

WALDURA, J. F.; ARORA, I.; RANDALL, A. M.; FARALA, J. P.; SPROTT, R. A. Fifty Shades of Stigma: Exploring the Health Care Experiences of Kink-Oriented Patients. *Journal of Sexual Medicine*, Hoboken, v. 13, n. 12, p. 1918–1929, dez. 2016. DOI: 10.1016/j.jsxm.2016.10.009. Disponível em: <https://academic.oup.com/jsm/article-abstract/13/12/1918/6940435>. Acesso em: 16 set. 2025.

WEISS, Margot. Mainstreaming Kink: The Politics of BDSM Representation in U.S. Popular Media. *Journal of Homosexuality*, v. 50, n. 1/2. 2006.

WINTER-GRAY, Thom.; HAYFIELD, Nikki. ‘Can I be a kinky ace?’: How asexual people negotiate their experiences of kinks and fetishes. *Psychology & Sexuality*, v. 12, n. 3, p. 163-179. 2019. DOI: 10.1080/19419899.2019.1679866. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/336430516_'Can_I_be_a_kinky_ace'_How_asexual_people_negotiate_their_experiences_of_kinks_and_fetishes. Acesso em: 16 set. 2025.

WRIGHT, Susan. De-Pathologization of Consensual BDSM. *Journal of Sexual Medicine*, v. 15, n. 5, p. 622-624. 2018. DOI: 10.1016/j.jsxm.2018.02.018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324868035_De-Pathologization_of_Consensual_BDSM. Acesso em: 16 set. 2025.

ZILLI, Bruno D. BDSM de A a Z: a despatologização através do consenso nos “manuais” na Internet. In: *Prazeres Dissidentes*. María Elvira Díaz-Benítez, Carlos Eduardo Fígari (orgs) - Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Recebido em 12 de dezembro de 2024.

Aceito em 20 de maio de 2025.